

Contratações nas Empresas Estatais

Com Base na Lei 13.303/2016 e Regulamentos de Referência

 03 e 04 de dezembro de 2026 |  Online |  08h30 às 17h30 | Carga Horária: 16h/a

  Palestrante: Thiago Zagatto

Apresentação e Finalidade

As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista vivenciam o desafio diário de conciliar as regras da administração pública com a agilidade demandada pelo mercado corporativo. Para atender a essa realidade, a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) instaurou um ecossistema normativo próprio, garantindo maior independência regulamentar, mas exigindo, em contrapartida, um planejamento rigoroso e mecanismos sólidos de controle.

Com o propósito de ir além da burocracia tradicional, este treinamento foi desenhado para proporcionar uma imersão detalhada em todas as fases do ciclo de compras dessas instituições. O foco está no uso inteligente e estratégico das ferramentas legais para garantir eficiência operacional e segurança jurídica, sempre balizado pela doutrina especializada e pelas mais recentes diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os eixos temáticos centrais da capacitação englobam:

- **Identidade Própria e Regulação Interna:** Compreensão de que a Lei 13.303/2016 possui autonomia em relação à Lei Geral de Licitações (Lei 14.133/2021). O curso reforça a importância do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) para customizar processos e evitar a incorporação inadequada de regras aplicáveis apenas à administração direta.
- **Gerenciamento Estratégico de Riscos:** Como pilar da legislação, a formulação da Matriz de Riscos será destrinchada, demonstrando como a distribuição correta de responsabilidades entre as partes previne pedidos de reequilíbrio, inibe o "jogo de planilhas" e assegura a estabilidade financeira dos pactos, conforme visão do TCU.
- **Estruturação Certame e Execução:** Análise das escolhas que garantem a proposta verdadeiramente mais vantajosa e o uso tático dos modelos de execução (com destaque para as contratações integradas e semi-integradas), abordando as restrições a aditivos por erros de projeto.
- **Parcerias e Contratações sem Licitação:** Aprofundamento nas exceções ao dever de licitar, dissecando o conceito de "Oportunidade de Negócio" para alavancar vantagens comerciais. Também engloba a seleção de serviços técnicos notórios baseada na relação de confiança.
- **Procedimentos Acessórios e Gestão do Fornecimento:** O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) e suas limitações ("carona"), além de técnicas de Credenciamento e Pré-qualificação para agilizar o atendimento de demandas recorrentes em mercados dinâmicos.
- **Controle e Modificações Contratuais:** Diretrizes para uma fiscalização eficaz, distinguindo os riscos inerentes ao negócio das situações imprevisíveis. Regras para reequilíbrio econômico, onerosidade excessiva e limites para termos aditivos.

Público-Alvo

a) Gestores das diversas etapas da contratação;

- b) Projetistas;
- c) Engenheiros, Arquitetos e demais profissionais responsáveis pela elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos, orçamento, editais;
- d) Assessores jurídicos, pareceristas;
- e) Comissões de Licitação;
- f) Fiscais e Gestores de Contrato;
- g) Responsáveis pela análise de reequilíbrios e reajustes
- h) Ordenadores de Despesa;
- i) Controle Interno;
- j) Auditores Interno e Externo;

Programação

O Ecossistema de Contratações das Estatais

Bases constitucionais, aplicação da Lei nº 13.303/2016 e interpretações do STF;
Diferenciações cruciais face à Lei nº 14.133/2021 e suas hipóteses de aplicação subsidiária;
Limitações e finalidades do Regulamento Interno (RILC) da estatal

Estruturação da fase preparatória das contratações

A importância da integridade e do compliance nos artefatos preparatórios;
Estudo Técnico Preliminar (ETP): obrigatoriedade, impacto da IN 58/2022, entendimento do TCU sobre exceções e a análise minuciosa de seus 13 elementos constitutivos;
Técnicas de interação: consulta pública e diálogo com o setor privado;
Termo de Referência/Projeto Básico: regras de parcelamento, requisição de amostras, limitação na indicação de marcas e o uso de cartas de solidariedade;
Diretrizes para montagem do orçamento referencial e pesquisa de mercado.
Participação em formato de consórcio, cooperativas e entidades sem fins lucrativos;
Modelos de licitação e sistemática de julgamento: divisão por lotes, grupos ou adjudicação total;
Requisitos obrigatórios de habilitação, com ênfase na qualificação técnico-operacional (limites de exigência, somatório de atestados e complementação documental);
A escolha do Regime de Execução (empreitadas, contratação integral, integrada e semi-integrada) e seu impacto no monitoramento do acordo.

A Terceirização nas Estatais

Serviços que podem ser terceirizados no âmbito das estatais;
Características dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
Cuidados especiais no planejamento, composição de custos e gestão dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
Quais contratos são passíveis de responsabilização trabalhista subsidiária por parte da estatal;
Planilha de Custos e Formação de Preços – quando é obrigatória;
Conta vinculada e pagamento pelo fato-gerador: o que são, quando usar, como implementar: características gerais;
Problemas relacionados à divergência entre os instrumentos coletivos de trabalho indicados pelas empresas e os utilizados pela estatal na composição de custos;

I. Seleção do Fornecedor

Fase externa da licitação:

Publicação do aviso;
A divulgação da licitação;
Impugnações, esclarecimentos e avisos - prazo para impugnação;
O que o pregoeiro/comissão deve fazer nas hipóteses de pedidos de esclarecimentos e impugnação fora do prazo?
Quando deve ser revogado o edital, repetido e reaberto o prazo;
Envio da proposta e dos documentos de habilitação;
Apresentação simultânea da proposta e documentos
Sessão pública; exame preliminar das propostas;
Etapa de lances;
Consulta ao SICAF;
Julgamento da proposta vencedora e negociação;
Critérios para a avaliação das propostas;
Diligências e correção x desclassificação: qual é o limite?
Critério de adjudicação x erros em valores individuais;
Possibilidade de correção sem aumentar o valor total – a visão do TCU a respeito;
Negociação, aferição de exequibilidade;
Requisitos de qualificação e de habilitação;
Limites às exigências de qualificação técnica e econômico-financeira;
Exigências de amostras, vistorias, e provas de conceito;
Adjudicação e homologação.
Recurso: intenção recursal; tempestividade; motivação válida.
Os limites à atuação da comissão/pregoeiro na análise dos recursos;
Intenção de recurso x mérito recursal;

II. Contratações diretas:

Hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação;
Pressupostos de caracterização da contratação direta;
Formalização do processo de contratação direta;
Credenciamento: hipóteses de cabimento, rito, comparações com a metodologia do Decreto-Federal 11.878/2024 (aplicável aos órgãos federais regidos pela Lei 14.133/2021)

III. Gestão Contratual:

Formalização e hipóteses de dispensa de termo contratual;
Publicação;
Adequação orçamentária, anualidade, cuidados;
Exigência da garantia de execução;
Início da vigência e da execução;
Forma de contagem do prazo de vigência do contrato;
Hipóteses de suspensão do prazo de vigência;
Possibilidades de prorrogação e limites máximos de vigência dos contratos de acordo com a sua natureza;
Procedimentos e critérios a serem observados na prorrogação dos contratos;
Formalização da prorrogação;
Extrapolação do prazo de vigência sem a conclusão do objeto: o que fazer?
Prorrogação e exclusão de custos não renováveis – como proceder?

Fluxo processual da indicação do fiscal e do gestor do contrato;
As atribuições dos fiscais e gestores cada um de acordo com a Lei das Estatais e regulamentos do Poder Executivo Federal;
A segregação de funções – medidas de aprimoramento da governança;
A possibilidade de recusa da função de fiscal e gestor;
Os setores auxiliares para a instrução de processos de sanção, alteração, reequilíbrio, repactuação e reajuste;
A gestão de contratos sem as prerrogativas extraordinárias: necessidade de acordo entre as partes em qualquer hipótese de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro, alterações de projeto e/ou especificações, alterações quantitativas, limites legais;

I.A Fiscalização Administrativa:

Quando a fiscalização administrativa é obrigatória;
Fiscalização administrativa em obras e serviços de engenharia? Em contratos temporários? Em contratos não contínuos?
A responsabilidade e o limite de atuação do fiscal administrativo;
Documentos a serem exigidos no início do contrato, periodicamente, e em momentos específicos (como nas rescisões, por exemplo);

II.O Instrumento de Medição de Resultado: Ferramenta para a contratação por desempenho

III.Medições e Pagamentos

Atuação do fiscal administrativo nas variadas frentes (obras, temporários, contínuos);
Uso do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para remuneração focada no desempenho;
A esteira de liquidação da despesa: ateste, certidões negativas necessárias (e conduta diante de SICAF positivo), glosas e limites para antecipar repasses financeiros.

IV.Alterações

As possibilidades de alteração;
Limites quantitativos e qualitativos;
O critério para a aplicação do limite de 25% ou 50%: valor do contrato, itens individuais;
Os cuidados com os aditivos para manutenção da isonomia;
Método da manutenção dos descontos nos aditivos;
Limites aplicáveis aos contratos de serviços continuados: valor anual ou quinquenal?

V.Revisão, Repactuação e Reajuste

Conceitos, características, hipóteses de aplicação de cada um dos mecanismos de recomposição;
Hipóteses de revisão: alteração contratual; teoria da imprevisão, fato do príncipe. O que a empresa precisa demonstrar para ter direito à revisão; conceito de onerosidade excessiva para fins de revisão contratual; revisão anterior à assinatura do contrato;
Revisão e matriz de riscos: lado a lado;
A anualidade das repactuações e reajustes: como aferir;
Falta de homologação da CCT pela Secretária do Trabalho e impactos na repactuação;
Efeitos retroativos das repactuações;
Reajustes em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
Procedimentos secundários de formalização da repactuação e reajuste: reforço de empenho, garantia;
Preclusão do direito ao reajuste, à revisão e à repactuação: ocorrência, momento; orientações da AGU e do TCU;

VI. Suspensão

A suspensão e a devolução do prazo – quando é obrigatória;

Suspensão parcial: possível?

Formalização da suspensão: ato unilateral, Termo Aditivo?

Suspensão e indenização;

VII. Sanções

O regime sancionatório da Lei 13.303/2016 – com menores prerrogativas;

A responsabilidade pela apuração, notificação, instrução e aplicação das sanções;

Campo de aplicação das sanções, responsabilidade pelos registros dos impedimentos;

A dosimetria e a formalização das sanções;

Contraditório e ampla defesa;

Recursos: prazos, efeitos, autoridade julgadora;

VIII. Rescisão:

Hipóteses de rescisão: unilateral, amigável, judicial;

A rescisão unilateral: formalização, prazos, contraditório, indenização;

Efeitos da rescisão unilateral para a empresa.

Nulidades: métodos alternativos de solução de conflitos;

IX. Gerenciamento de riscos: conceitos básicos e metodológicos de gerenciamento de riscos aplicáveis à matriz de riscos prevista na Lei 13.303/2016;

Diferenciação entre riscos organizacionais, de processo e de contrato;

Possibilidade de aproveitamento do processo de gerenciamento de riscos organizacional na formulação da matriz contratual;

Técnicas para a identificação e avaliação de riscos;

Como elaborar a matriz de riscos? Passo a passo para a elaboração; setores envolvidos, responsabilidade de quem elabora; modelos de referência;

Obrigações de Meio e de Resultado – exemplos práticos em diversos setores (edificações, saneamento, rodovias, ferrovias, energia elétrica, transporte urbano etc.)

É possível alterar a matriz de riscos?

Instrumentos de mitigação de riscos e ocorrências residuais: seguros de risco de engenharia; performance bonds; hedge; seguros de responsabilidade civil;

Impossibilidade de compensação entre acréscimos e supressões de serviços;

Itens excluídos da Matriz de Riscos;

A contratação semi-integrada e sua matriz de riscos – especificidades;

X. Procedimentos Auxiliares das Contratações nas Estatais

XI. Pré-qualificação permanente; Cadastramento; Catálogo eletrônico de padronização;

XII. Sistema de Registro de Preços: Quantitativos, vigência, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, limites ao uso do registro de preços, adesões;

Facilitador:

Thiago Zagatto

Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Atuou como dirigente na Secretaria de Aquisições Logísticas do TCU (Selog/TCU). Atualmente é Assessor da Secretaria-Geral de Administração do TCU. Advogado e Engenheiro Civil. Doutorando e Mestre em Direito Econômico. Membro da Comissão Própria de Avaliação de Pós-Graduação (CPA) do Instituto

Serzedello Corrêa ISC/TCU. Professor da Pós-Graduação em Licitações na Unibrasil. Palestrante em diversos congressos, seminários eventos relacionados à gestão pública.

METODOLOGIA: CLÍNICA PRÁTICA DE DECISÃO

A metodologia da Capacity rompe com o modelo tradicional de aulas teóricas. O curso funciona como uma verdadeira imersão prática, estruturada com exposição dialogada, debates orientados e oficinas aplicadas à realidade do serviço público.

O foco é 100% na resolução de problemas. Durante as aulas, o participante terá acesso a:

- **Simulações de Cenários:** Análise de casos reais e resolução de gargalos do dia a dia da administração.
 - **Ferramentas de Aplicação:** Fornecimento de recursos instrumentais definidos pela ementa do especialista — que podem incluir modelos estruturados, guias de análise ou frameworks de decisão —, garantindo que a teoria se transforme em soluções aplicáveis na instituição.
 - **Mentoria em Tempo Real:** Orientação direta, microfone aberto e debates de alto nível com o especialista.
-

INVESTIMENTO E ENTREGÁVEIS DE ALTO VALOR

Valor do investimento institucional: R\$ 2.690,00 por participante.

O Padrão Capacity Online (O que está incluso):

-  **Transmissão Ao Vivo:** Imersão total em sala virtual interativa, mantendo o mesmo rigor, qualidade e proximidade de nossos eventos presenciais.
 -  **Kit Institucional de Aplicação:** Material didático estruturado sob medida para a ementa. Inclui apostila digital exclusiva e os recursos de apoio prático definidos pela metodologia de cada especialista, garantindo a aplicação imediata do conteúdo na rotina do órgão.
 -  **Replay Estratégico (20 dias):** Acesso irrestrito à gravação integral do curso por 20 dias, permitindo revisão técnica de pontos complexos e alinhamento do conteúdo com o resto da equipe.
 -  **Certificação Oficial:** Certificado digital de conclusão
-

PREPARAÇÃO E ACESSO À SALA VIRTUAL

Para garantir uma experiência de aprendizado impecável e sem interrupções, recomendamos que o participante prepare o seu ambiente de conexão:

- **Conexão estável:** Internet preferencialmente via cabo (mínimo de 10 Mbps).
- **Interatividade:** Computador atualizado com webcam e microfone habilitados para participação ativa nas mentorias e debates.
- **Foco:** Uso de fones de ouvido para melhor acústica e imersão.
- **Navegador:** Google Chrome (preferencial) ou versões recentes do Edge/Firefox.

Nota de Acesso: Após a confirmação da inscrição, o participante receberá no e-mail cadastrado as instruções detalhadas e o link oficial e intransferível para entrada na plataforma.

DIRETRIZES DE CONTRATAÇÃO INSTITUCIONAL

- **Confirmação:** A vaga é garantida mediante o envio da Nota de Empenho, Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento ou comprovante de depósito.
- **Flexibilidade e Cancelamento:** Cancelamentos podem ser realizados até 7 (sete) dias úteis antes do início do evento. Após este prazo, visando a segurança do projeto, permitimos apenas a substituição do participante ou a conversão do valor em crédito para utilização em turmas futuras.
- **Garantia de Qualidade:** A Capacity Treinamentos reserva-se o direito de adiar datas ou substituir palestrantes em casos de força maior, visando sempre preservar a excelência técnica do evento, sem ônus para as partes. Desistências fora do prazo não ensejam devolução de valores ou cancelamento do empenho.

 DADOS DA INSTITUIÇÃO E CONTATO

Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda. CNPJ: 18.133.018/0001-27 | **I.E.:** 07.643.346/001-63 **Endereço:** Quadra 03, Conjunto A, Lote 42, Salas 402 e 403 – Planaltina, Brasília - DF - CEP 73350-301

Dados Bancários: Banco do Brasil | **Agência:** 1230-0 | **Conta Corrente:** 125595-9

 *Instituição devidamente cadastrada no SICAF*

 **Informações e Inscrições:**  E-mail: capacity@capacitytreinamentos.com.br / inscricao@capacitytreinamentos.com.br  Telefone: (61) 3049-3091  WhatsApp Central: (61) 98442-1761  Portal Oficial: www.capacitytreinamentos.com.br